

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE UNAÍ



FACTU
CIÊNCIA

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE UNAÍ
FACTU

Revista
FACTU
Ciência

Publicada pela

Faculdade de Ciências
e Tecnologia de Unaí

Diretores da FACTU

Maria José Lucas Capanema

Diretora Geral

Adelson Ribeiro da Silva

Diretor Pedagógico

Fabrcia Lucas de Mendonça

Secretária Geral

Conselho Editorial

Jussara C. Moreira Capanema

Luiz Adriano M. Cordeiro

Orivaldo Lucas Capanema

Contatos

Revista FACTU Ciência

Rua Rio Preto, 422

Unaí – MG

CEP: 38.610-0000

Tel: 38 3676 6222

www.factu.br

**Ficha catalográfica preparada pela seção de catalogação e Classificação da
Biblioteca da FACTU.**

Revista FACTU CIÊNCIA – Ano 6, nº 11 (agosto/dezembro.2006). Unaí: FACTU,
2006.

Semestral

ISSN 1519 - 1958

1. Agronomia. 2. Contabilidade. 3.Direito. 4. Informática. 5. Educação. 6.Enfermagem

Proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio.
As matérias publicadas são de responsabilidade dos respectivos autores.

Índice

A Lei N.º 11.343 de 29 de Agosto de 2006 (A Nova Lei Antitóxicos) e a Perspectiva Evolucionista num Conceito da Sociedade Atual. Lumena de Barros Resende, Érica Lima Alves.....	07
A Comunicação Educativa por meio da Prática do Futebol Ricardo Roberto da Silveira.....	17
Hiperativos Ou Pestinhas? Ricardo Roberto da Silveira.....	33
Índice de Satisfação dos Usuários do Programa Saúde da Família – PSF do Bairro Primavera / Vale Verde - na Cidade de Unai-MG José Juliano Espíndula.....	39
Normas para Publicação.....	45

Apresentação

A Revista FACTU CIÊNCIA objetiva-se publicar artigos de caráter acadêmico por meio de uma abordagem transdisciplinar com respeito ao estudo das diversas áreas oferecidas pela Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

Um ponto essencial diz respeito ao caráter de divulgação científica, devendo ser observada a clareza da abordagem dos temas escolhidos, obviamente sem abrir mão da qualidade técnica e do rigor científico.

A publicação aceita colaborações, reservando-se o direito de publicar ou não, após avaliação, o material submetido espontaneamente.

As colaborações da Revista FACTU CIÊNCIA, deverão seguir igualmente as normas e diretrizes de publicação que se seguem no final deste volume.

Maria José Lucas Capanema
Diretora Geral da FACTU

A LEI Nº. 11.343 DE 29 DE AGOSTO DE 2006 (A NOVA LEI ANTITÓXICOS) E A PERSPECTIVA EVOLUCIONISTA NUM CONCEITO DA SOCIEDADE ATUAL.

Lumena de Barros Resende

Formada pela Universidade Católica de Minas Gerais - BH,
Pós graduada em Processo Civil e Processo Penal, pela Faculdade de Ciências e
Tecnologia de Unaí – FACTU,
Professora da FACTU,
Advogada militante na comarca.

Érica Lima Alves

Acadêmica do cursode Direito da FACTU.

RESUMO

Confrontamos a realidade há tempo vivida pelo usuário e o traficante de entorpecentes, frente à Lei 5.726/71 com a nova Lei 11.343/2006.

Esta nova lei tentou introduzir no cotidiano jurídico o caso concreto, dando aos usuários oportunidades de recuperação e tratamento e, em contra partida, propiciou ao traficante uma punição maior, entendendo que a problemática do usuário.

PALAVRA-CHAVE: Usuário, traficante, Lei e costumes.

ABSTRACT

We confronted the reality there is time lived by the user and the trafficker of narcotics, front to the Law 5. 726/71 with the new Law 11. 343/2006. This new law tried to introduce in the daily juridical the concrete case, giving to the users recovery opportunities and treatment and, in against departure, he/she gave to the trafficker a larger punishment, understanding that the user's problem.

KEY-WORDS: User, trafficker, Law and habits.

1.0. INTRODUÇÃO

Sob o ângulo da nova lei, a intenção legislativa foi o abrandamento para com o considerado “usuário” ou em termos mais concretos o toxicólogo, cuja doença delitiva se encontra no fator dependência química, física e quiçá psicológica, considerando o fator de aceitação entre seus pares.

Em amplitude busca a legislação deixar ao critério e arbítrio do juiz a concepção do usuário, independente da quantidade, do repasse ao outro a título gratuito. O ponto primordial é o próprio indivíduo, dando luzes ao caso em concreto, a cada um o que é de justiça.

Em outro viés, ao traficante a punição maior, pelos malefícios sociais, ignominioso que degradam e inocula no seio das famílias, dos jovens, das crianças o veneno, o exílio da alma, o esgotamento das dores.

Trecho da Entrevista de “Marcola” ao Globo. 23/05/2006

“- Vocês só podem chegar a algum sucesso se desistirem de defender a "normalidade". Não há mais normalidade alguma. Vocês precisam fazer uma autocrítica da própria incompetência. Mas vou ser franco... na boa... na moral... Estamos todos no centro do Insolúvel. Só que nós vivemos dele e vocês... não têm saída”. E finaliza: Como escreveu o divino Dante: "*Lasciate ogra speranza voi che entrate!*" "*Percam todas as esperanças, estamos todos no inferno*".

2.0. TOXICOMANIAS

A ação dos entorpecentes, que se caracteriza pela excitação psico-sensorial, pela obnubilação da consciência, pela deficiência das faculdades do raciocínio, pelo enfraquecimento dos poderes inibitórios, notadamente da vontade, nesse estado de semi-consciência, quase de sonho, a que é levado o intoxicado, este se sente como se fora do mundo que o circunda e quase independente e livre dos pesados liames do próprio corpo.

Os povos antigos já conheciam e utilizavam substâncias entorpecentes ou estupefacientes. Os chineses, por exemplo, devem ao ópio e seus derivados a perda das qualidades intrépidas, que os distinguiam durante um largo período de sua história.

Cerca de um milênio atrás, um chefe da Pérsia supriu o seu exército com o haxixe, para que seus soldados ficassem sanguissedentos, na iminente luta que se ia travar, durante as cruzadas.

O narcótico produziu efeito extraordinário, aniquilando os guerreiros das Cruzadas, por isso que passaram a chamar a essa droga de “hasshish” (assassino).

Observamos também, a recente guerra do Vietnã, onde os soldados americanos consumiam a canabis sativa, para suportar os horrores e o sofrimento da guerra.

Sob o aspecto clínico, pode-se afirmar que as toxicomanias têm, de certo modo, duas faces: uma voltada para as personalidades psicopatias, entre as quais se inclui a maioria dos toxicômanos; outra, voltada para as chamadas psicoses tóxicas, isto é, para as psicoses provocadas por afecções mediatas do cérebro. No amplo conceito da toxicomania, quase não há ninguém que não seja toxicômano, quer em relação ao cigarro, quer ao café depois das refeições, quer à bebida, de noite. As toxicomanias, porém, que influem consideravelmente sobre a vida individual e social são, sobretudo, os morfismos, cocainismo, alcoolismo, etc.

O toxicólotra não se apercebe dos perigos que o veneno lhe reserva, reduzindo-se a um farrapo humano, sem vontade, acabam suicidas ou criminosos, incapazes de raciocínio, fazem do tóxico uma espécie de divindade.

2.1. O morfismo:

É especialmente caracterizado pelo emagrecimento, alterações a cargo do aparelho gastro-enterico, escassez de salivação, hipoestesia e paraestesia, miose etc. Encontram-se, ainda alterações no tono do humor, enfraquecimento da vontade, decadência dos sentimentos morais, enfraquecimento intelectual. Podem surgir síndromes delirantes com alterações sensoriais. Os morfínomanos perdem todo e qualquer freio moral, iludem-se a si próprios e enganam os demais, são mentirosos, cometem fraudes, não se pejam de roubar, com o fito de procurar a morfina.

2.2. Cocainismo:

No cocainismo crônico podem aparecer psicoses, que se caracteriza por erros psico-sensoriais, sobretudo de natureza tátil. No delírio cocaínico se apresentam as chamadas alucinações liliptianas, ou fenômenos de micropsia, é particularmente penoso: o doente nota

que sobre sua pele deslizam ou penetram animais repugnantes, vê rostos de mortos, caveira, figuras aterrorizantes e dantescas.

2.3.Diambismo:

Diamba e maconha são nomes da *Canabis Sativa* usual, e que exteriormente, não se distingue da *Cannabis índica*, ou oriental. No norte do Brasil os naturais usam o cânhamo de maneira idêntica à dos asiáticos e africanos, fumando-o ou fumando a resina extraída dos brotos floridos da planta. O efeito imediato é um estado de êxtase, de embriaguez, e esta atravessada de imagens e alucinações, seguidas de sono profundo. O resultado mediato é a degradação do caráter e da vontade e a decadência intelectual.

3.0. O CAMINHO DA LEI

Todo esforço de natureza legislativa precisa de um respaldo sócio cultural amplificado no tempo e no espaço. Em se tratando de tóxicos, ao resultado das experiências universais analisado sob o prisma das realidades sociais específicas, deve-se acrescer o conhecimento sobre a sua natureza e a diversificação de suas formas e conseqüências, no sentido do encaminhamento de uma solução que não despreze o estudo das peculiaridades e dos variados estágios de cultura. Portanto, as linhas mestras de uma legislação assim, especial, devem traçar as diretrizes próprias para a abrangência de situações especiais, o que importa a realização de estudos e pesquisas, até mesmo científica, indispensável à fundamentação da sua filosofia.

O caminho está na lei, que não é apenas forma de composição de conflitos e de conciliação de litígios coletivos e individuais, mas também norma de conduta. Seu campo é o psicossocial, ela recebe e devolve, a um tempo, o influxo das necessidades e reivindicações pela cristalização dos indicativos de solução.

A nossa legislação sobre drogas não tem sido das mais felizes, pois não logrou êxito em traduzir os anseios sociais. Numa visão panorâmica existem três fases principais:

a- A primeira surgiu após o declínio do uso de cocaína e opiácios que caracteriza a década dos anos trinta. Talvez pela diminuição do poder aquisitivo da população face à desvalorização da moeda, em decorrência dos efeitos preventivos e repressivos do Decreto Lei nº.

891 de 25 de novembro de 1938, cujas repercussões positivas, que se fizeram presentes no corpo do Código Penal de 1940.

b- A segunda fase resultou, de um lado, do reconhecimento de que essa unanimidade linear não correspondia à realidade factual e mesmo jurídica do problema e, de outro, do incremento do abuso e tráfico de drogas após a Segunda Grande Guerra.

Reagindo a uma situação que suscitava preocupações no âmbito da repressão o legislador brasileiro optou pela medida drástica de identificar, numa mesma categoria, todos os envolvidos com tóxicos, independentemente do grau da sua participação.

Baixado o Decreto Lei nº. 385 de 26 de dezembro de 1968, que estabelecia a mesma sanção penal para o traficante e o usuário, ainda que dependente da droga, não mais foi possível aos juízos e tribunais excluir os agentes que procuravam tóxicos para uso próprio. Porém, a lei deveria estar condicionada às necessidades sociais, cometer-se-iam condenações iníquas, porque a sentença condenatória pode estar legalmente certa, mas socialmente é um desastre.

Pela ocasião deste decreto susa mencionado, a Justiça passou a elastecer determinados conceitos de maior liberdade, tais como o de que, em sendo constatado o estado de dependência tóxica definida como nosológico, estaria um patamar supralegal e, portanto excluído das prescrições do decreto.

O próprio Supremo Tribunal assim prolatou: “a punição absurda para os viciados, que são vítimas, tem conduzido os tribunais a grande relutância na aplicação do novo dispositivo. Isso se observa claramente nos casos que envolvem pequenas quantidades da droga e réus menores e primários, situações em que os juízes e tribunais aceitam qualquer versão exculpatória razoável para absolver. As leis penais iníquas, que ofendem a consciência dos magistrados, não se aplicam, sendo esta antiga lição na história do direito penal”.

Desta maneira, o rigorismo da legislação vinha sendo atenuado pela jurisprudência dos tribunais, quando então o legislador reconsiderou o espírito da exarcebação punitiva e proporcionou o advento da Lei nº. 5.726 de 29 de outubro de 1971.

c- A terceira fase iniciada pela Lei nº. 5.726/71 buscando a correição das iniquidades, fê-lo fragmentariamente. Fato que se dera um passo na medida em que não mais se considerava o dependente como criminoso, mas simplesmente como enfermo a merecer tratamento, porém, ainda assim, a maioria de seus dispositivos não

condizia com as expectativas almejadas.

4.0. O SURGIMENTO DE UM NOVO PENSAMENTO

Diante de toda realidade da legislação pertinente, surgiu a imperiosa necessidade de modificar o estado anterior, longe da realidade social, médica, política e repressiva. Daí nasceu a determinação governamental de realizar uma verdadeira reformulação equilibrada, inclusive com possibilidade de uma prevenção efetiva ao tempo em que abrangesse a previsibilidade uma repressão decisiva.

Após vários meses foram ouvidas inúmeras autoridades e pessoas de áreas pertinentes e foi elaborado e apresentado levantamento pormenorizado da problemática dos tóxicos.

Nasce a Lei nº. 6.368/76, que em seu primeiro capítulo encarta a filosofia de que é indispensável à colaboração e o esforço comum num campo de luta que hoje compromete toda a humanidade. Em consequência dessa filosofia que enfatiza a obrigação individual e coletiva de colaboração na prevenção e na repressão, o artigo 8º estatuiu que os dependentes de substâncias entorpecentes que determinem dependência física ou psíquica ficariam sujeitos às medidas de ordem médica, sendo também causa especial de diminuição de pena.

É curial ressaltar que o artigo 12 da Lei 6.368/79: “Importar ou exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda ou oferecer, fornecer ainda que gratuitamente, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a consumo substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar”. Pena de 3 (três) a 15 (quinze) anos de reclusão. Enquanto os verbos do artigo 16 se restringiram a: adquirir, guardar ou trazer consigo, para uso próprio, cuja pena é de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos de detenção.

Entretanto a lei apesar de prever o tratamento e a prevenção, não determinou de forma categórica a criação de clínicas, hospitais e ambulatorios que pudessem dar respaldo efetivo ao toxiconomo. Ao contrário, até a presente data ainda contamos com um Sistema de Saúde Pública pouco eficaz, o que se dirá então dos que necessitam de tratamento especializado, amparo psicológico e médico.

A Lei não se prestou a observar a realidade ainda nesta fase, pois não identificou o dependente-trafficante, pois sob o ângulo da toxicomania seria ele semi-responsável ou mesmo semi-imputável. Um estudo deste dependente-trafficante seria de vital importância, pois nesse flagrante o dependente submetido ao terrível momento da sofreguidão, poderia exercer o tráfico. E qual seria a relação do delito, pois se há época o mesmo estava “inconsciente”, existiria o delito de tráfico, ou tão somente a dependência?

Projetou a lei distante da realidade dos presídios, a possibilidade do toxiconomo ser tratado ambulatorialmente, ledo engano, condenado a um regime prisional falido, as conseqüências hoje são expostas em todos os noticiários do país. A recuperação e reintegração social passam longe de atingir quaisquer metas para a cura deste câncer social.

O pressuposto essencial deveria ser a constatação da dependência à droga, sem preocupação com as condições do agente no momento do delito, pois somente assim seria possível determinar se haveria o pleno conhecimento do delito. E ante a esta realidade biopsicológica responderia a ciência ao tratamento adequado, inclusive a internação do doente delineando um foco real da verdadeira recuperação.

4.1. A prevenção e a propaganda

Elaborou-se um plano de educação ao fito de se instalar nas escolas a matéria durante o ano letivo, sem dar o alarma, sem propagandas ostentosas, levando o esclarecimento aos jovens. Nada de conselhos ou apelos emocionais, pois já estavam evidenciadas que atitudes assim levam ao descrédito. Somente a verdade seria o patamar desta educação, através da conscientização.

Neste período histórico, deve-se ressaltar que o conflito entre gerações estava em ebulição, os movimentos jovens rediscutiam todos os parâmetros, todas as ordens, toda a moral então existente.

Apenas transplantamos idéias de outros países na tentativa de conter o avanço das drogas, esquecidos da realidade nacional, ocuparam-se de idéias alienígenas para resolução de problemas terrenos.

A baixa freqüência à escola, o acesso quase improvável a educação, eram apenas um de tantos fatores esquecidos, legado que

hoje recebemos com profunda dor e pesar ante as mais terríveis estatísticas.

5.0. UMA EVOLUÇÃO, UMA NOVA CONCEPÇÃO - A LEI 11.343/2006.

Em cada amanhecer aguarda-se o sol e com ele ressurge a esperança!

Alguns dos objetivos primordiais da nova lei: “contribuir para a inclusão social do cidadão, visando a torná-lo menos vulnerável a assumir comportamentos de risco para o uso indevido de drogas, seu tráfico ilícito e outros comportamentos correlacionados”, “a prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas”.

O usuário não mais será submetido a prisão em flagrante e tampouco condenado à prisão, deverá sim ser submetido a tratamento, mesmo que reincidente ser-lhe-á aplicada multa.

E manda a lei observar vários programas para a prevenção, inclusive tratamento dirigido às parcelas mais vulneráveis da população.

Depara-se com a ilusão de um super Estado capaz de transpor as barreiras econômicas e sociais através de um ditame, sem análise profícua e salutar da realidade e da adequação de normas.

Entrementes, na concepção mais ampla de usuário provirá como germe a disseminar atenção aos fatores reinserção, reintegração social, indo além do aparente, pois caberá ao julgador *in caso concreto* dar ao indivíduo a qualificação de dependente, e iluminar-lhe a trilha do desenvolvimento humano e social.

Não se trata mais de duelo entre indivíduo e sociedade, mas no sistema do livre conhecimento, da medida própria e inerente, pois ao recuperar o indivíduo recupera-se a sociedade.

Não mais se acredita no dogma da exclusão do doente, o alcance da lei não se limita ao efeito imediato, mas propedeuticamente dirige-se ao futuro, em doses homeopáticas e significativas no tempo e no espaço.

“O juiz determinará ao Poder Público que coloque a disposição do infrator, gratuitamente, estabelecimento de saúde, preferencialmente ambulatorial, para tratamento especializado”, artigo 28, § 7º.

5.1. A prevenção e a repressão

No que tange ao traficante a lei tornou-se mais severa, a pena agora é de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos de prisão, com possibilidade de aumento quando se trate de financiamento ou custeio da prática do delito de tráfico, caso em que a pena aumentará para 8 (oito) a 20 (vinte) anos de prisão.

Uma questão de alta indagação seria que independente do dolo ou da culpa, no sentido mais amplo, não deveria ser também possibilitado a estas pessoas a reeducação individual, como acréscimo à penalidade, e levando-se em consideração caso a caso, artigo 59 do CPP, e novamente caberia ao arbítrio cuidadoso e cauteloso do juiz.

Há de se registrar que a nova lei trouxe para o seu bojo a possibilidade de diminuição de pena para quem colaborar como informante.

A nova lei reputa crime de tráfico inafiançável e insuscetível de sursis, graça, indulto, anistia e liberdade provisória. Entrementes a jurisprudência pátria vem se firmando no sentido de viabilizar tais institutos para o acusado, principalmente tendo em vista o Habeas Corpus prolatado pelo Superior Tribunal Federal, retirando por analogia a pecha de hediondo dos delitos de tráfico. Legalmente falando, a norma possibilita apenas a liberdade condicional, após cumprimento de dois terços da pena, entretanto veda sua concessão ao reincidente específico.

O legislador busca ampliar as possibilidades delitivas, em busca da realidade social, mas novamente esta se distancia cada vez mais, em virtude da incapacidade do trato real com o câncer que corroe as entranhas da sociedade.

Haverá que se fazer uma análise profícua dos males que afligem a Nação, nos seios familiares, nas crises vertiginosas de uma economia improdutiva e endividada, mas essencialmente a educação, pois que não deverá ser esquecida.

A resposta a nova lei virá, lenta e gradualmente, é tempo de espera, é tempo de mudança, é tempo de esperança.

6.0. CONCLUSÕES

Conclui-se que a nossa legislação sobre drogas não tem sido das

mais felizes, pois não logrou êxito em traduzir os anseios sociais. Reagindo a essa situação que suscitava preocupações no âmbito da repressão, o legislador brasileiro optou pela medida drástica de identificar, numa mesma categoria, todos os envolvidos com tóxicos, independentemente do grau da sua participação.

Apesar do rigorismo da legislação, a realidade vivida estava sendo atenuada pela jurisprudência dos tribunais, quando então o legislador reconsiderou o espírito da exarcebação punitiva e proporcionou o advento da Lei nº. 5.726/71, que, buscando a correção das iniquidades, fê-lo fragmentariamente, considerando não mais o dependente como criminoso, mas simplesmente como enfermo a merecer tratamento.

Foi e é indispensável à colaboração e o esforço comum num campo de luta que hoje compromete toda a humanidade.

Com vistas à busca de soluções foi que o legislador pátrio promulgou a nova lei, dando maior ênfase à propedêutica e a prevenção numa tentativa de erradicar os males da traficância e consumo de substâncias entorpecentes.

Ressalta ainda que a Lei não prestou-se a observar o dependente-trafficante, pois sob o ângulo da toxicomania seria ele semi-responsável ou semi-imputável.

7.0.REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIAS

SILVEIRA, V. César da. Tratado da Responsabilidade Criminal. Ed. Saraiva, São Paulo. 1955. páginas 1.013/1.034.

LYRA, Prof. Roberto. Introdução ao estudo do Direito Criminal. Ed. Nacional de Direito Ltda. 1946.

BARRETO, João de Deus Lacerda Menna. Estudo Geral da Nova Lei de Tóxicos. Ed. Livraria Freitas Bastos S.A. R.J 3ª ed;

Lei nº. 6.368/79.

Lei nº. 11.343 de 29 de Agosto de 2006.

A COMUNICAÇÃO EDUCATIVA POR MEIO DA PRÁTICA DO FUTEBOL

Ricardo Roberto da Silveira

Professor do Curso de Educação Física da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai –
FACTU

Mestrando em Ciências do Ensino Superior

RESUMO

Neste artigo, diagnosticaremos as principais dificuldades que se observam na aquisição de conhecimentos comunicativos entre os estudantes do ensino fundamental, por meio do esporte. Proporemos um corpo de recomendações para melhorar a prática interpretativa de textos de regras desportivas, no ensino fundamental, a partir dos aportes da comunicação educativa.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação Educativa, Estudantes, Futebol.

ABSTRACT

In this article, we will diagnosis the main difficulties that if observe in the acquisition of comunicativos knowledge between the students of basic education, by means of the sport. We will consider a body of recommendations to improve the practical interpretativa of texts of porting rules, in basic education, from you arrive in port them of the educative communication.

KEY-WORDS: Communication Education, Students, Football

1.0. INTRODUÇÃO

O mundo atual precisa de um ser humano com sólidos valores morais formados. A globalização que marca a etapa contemporânea da humanidade sob o signo neoliberal, assinala o repto de potenciar a espiritualidade dos adolescentes e jovens. Na concepção da formação integral da personalidade nos alunos estão implícitas a formação e as

comunicações educativas; esta última garantirá um trabalho educativo mais eficiente, ao conseguir-se um maior desenvolvimento de sua consciência, fomentado qualidades como a honradez, a honestidade, a solidariedade e a responsabilidade entre outros.

A diversidade do ensino aprendizagem, com sua estrutura de comunicação educativa, tem o objetivo de conceber o processo docente educativo de maneira participativa, dialógica e comunicativa nos planos teóricos e práticos, respondendo à busca de uma aprendizagem desenvolvidor, cujo centro principal é formar um estudante com desempenho na sociedade e na pluralidade de ideologias que coexistem no mundo.

A personalidade se forma e se desenvolve através de uma considerável comunicação educativa, nos contatos sociais com outras pessoas. Esse processo de socialização começa na etapa da meninice e continua, à medida que os meninos crescem e se desenvolvem, até que estes possam pensar sentir e analisar as coisas, mais ou menos, como o faz todas as pessoas que nos rodeiam. Um bebê se converte num menino cujo comportamento é semelhante ao de outros membros de sua família ou grupo social. A socialização continua, num ritmo mais lento, durante toda a vida, aumentando de novo, na etapa de estudantes, já capazes de assimilar gradualmente uma quantidade de pensamentos e juízos, dentro de uma nova comunidade que os rodeia (Soares, 1992).

Desde o ponto de vista da sociedade, a comunicação educativa é essencial para manter sua viabilidade. Isto não sempre significa que os pais eduquem conscientemente a seus filhos para promover o bem-estar da comunidade. Significa mal que, as práticas da educação dos meninos não permitem a formação do adulto que se aparta dos papéis da sociedade, já que dita sociedade se desintegrará ou se transformará em outra sociedade diferente. A manutenção, por várias gerações de um sistema social, significa de fato que os meninos são educados para funcionar num sistema de maneira muito semelhante ao de seus pais. Assim, a comunicação pode ser vista como uma das tarefas necessárias para a continuação de um sistema social (Soares, 1992).

Em nossa sociedade, particularmente nas grandes cidades e ainda por diferentes razões, os meninos não têm tempo e espaço para a convivência de uma infância produtora de uma cultura infantil, independente do sexo ou das classes sociais (Viana., 1991).

Segundo Cortez, (1992), como a meta da estrutura

futebolística está baseada no rendimento e na produção de atletas, o desportista perde sua posição de sujeito e sua individualidade. O jogador se transforma de corpo-sujeito em corpo-objeto, mensurável, num produto vendível, para a obtenção de lucro. Por isto no futebol, em muitos casos, apresenta-se o fenômeno de alienação, e da formação das pessoas desenvolvidas unilateralmente, com uma linguagem não verbal em sua totalidade.

Por ser um esporte popularmente difundido em todo o país e praticado por uma grande massa da população de baixo salário e classe média, o futebol é utilizado como instrumento de alienação, perdendo a perspectiva de ser objeto de promoção social e pessoal e restringindo a participação do povo numa atividade criativa.

O futebol é hoje em dia, um dos fenômenos sociais que mais se faz sentir na vivência cotidiana das populações. A influência comunicativa da família e também a influência cultural, pode definir a socialização como o processo mediante o qual os meninos aprendem a comportar-se de uma maneira aceitável, definido este comportamento pela cultura à que pertencem seus familiares.

Na atualidade se deve propor um novo projeto, no qual o esporte esteja em consonância com a comunicação educativa unida a vontade popular e este se expresse em mais espetáculos desportivos.

A matéria comunicação educativa proporciona os instrumentos necessários para desenvolver a comunicação educativa de forma conseqüente e efetiva, pois ensina a desenvolvê-la como uma atividade autenticamente humana, que consegue a objetivação da essência humana, a qual responde de forma plena e multilateral a sua encomenda e dever ante a sociedade.

O papel do docente na promoção da comunicação educativa entre os estudantes, implica que este, não necessariamente deve atuar como um transmissor unidirecional de conhecimentos ou como um facilitador não comprometido afetivamente com a aprendizagem, devendo mediar consciente e ativamente no encontro de seus estudantes com o conhecimento, de maneira que possa orientar e guiar suas atividades.

A aprendizagem comunicativa ocorre só se satisfazem uma série de condições, por exemplo: que o estudante seja capaz de relacionar de maneira arbitrária e substancial a nova informação com os conhecimentos e experiências prévias e familiares que tem em sua estrutura de conhecimentos. Assim mesmo, a motivação na classe

depende da interação comunicativa entre o professor e seus estudantes.

2.0. FUNDAMENTOS COMUNICATIVOS

Os fundamentos comunicativo psicológico e pedagógicos da formação de valores ficam pé e destacam o caráter objetivo dos valores e seu enfoque predominante dos conceitos. Existe um caráter comunicativo quando se implica à busca da satisfação de alguma necessidade humana. A determinação social destes objetos e fenômenos, consiste em sua função de servir à atividade prática do homem.

Desta forma, pode-se estabelecer a existência de um processo de interiorização dos valores pelo indivíduo, que ocorre sob a influência da sociedade, e portanto, também da escola, na qual se empregam as práticas de atividades físicas, como uma via para a formação de valores. Aqui se destaca o valor como um processo de desenvolvimento no indivíduo que, portanto, pode ser objeto de formação educativa.

As definições de valores, poucas vezes respeitam os diferentes níveis de existência do valor, pelo que freqüentemente na mesma definição se contribuem elementos dos diferentes estratos, o qual limita a clareza e a certeza do conceito enunciado.

Desta forma, a partir da comunicação escrita, decide-se enunciar no presente trabalho uma definição própria dos valores, tratando de abarcar estes no nível psicológico, de nosso interesse, e tentando proporcionar-lhe a amplitude e a especificidade necessária à dita definição.

Para chegar à mesma, parte-se da análise da utilização dos valores e deveres de cada pessoa na vida cotidiana, para paulatinamente atingir sua definição teórica. Assim, tem-se em consideração o seguinte aspecto:

- Desde o ponto de vista econômico, todo objeto tem uns valores reais, dados pela quantidade de trabalho depositado nele.
- Nas atividades educativas estatais, tudo o que se obtém com dinheiro tem um valor. Este está representado pelo preço que depende da oferta e a demanda, isto é, preocupam-se mais pelo dinheiro que pela educação em si mesma.

- Nas Matemáticas existem o valor absoluto e o valor relativo das cifras, o valor do zero e do conjunto vazio, os valores dos signos, das operações, os valores das raízes, as potências e outros.
- Na Educação Física se destacam os valores morais.
- Na linguagem comunicativa comum, a palavra valor é muito usada com um significado subentendido, um pouco vadio. Ouve-se falar de desportista de valor, de valores de juventude, de valores humanos, de personalidades valiosas. Em todas estas acepções se define a presença do valor refletindo às vezes seu caráter objetivo, e outras vezes o subjetivo. Neste último se manifesta que: o valor está expressando a relação que se estabelece entre o sujeito e os diferentes objetos e fenômenos da realidade que o rodeiam e sua atitude consciente para elas.

Os valores estão referidos sempre a necessidades que são comuns a toda a espécie, a determinados grupos de pessoas ou às individualidades de determinado ser humano. Porque se está indicando algo que se distingue e se aprecia que dá resposta a uma necessidade, e que portanto, merece a preferência comunicativa: pelo gosto, a satisfação, o agrado, o desejo de aproveitar, usar ou possuir algo que se estime nesse momento e nessas circunstâncias.

2.1. Valores e personalidade do individuo

Os valores expressam a importância, a significação que tem para o sujeito o objeto ou fenômeno em questão, constituem um aspecto da personalidade do indivíduo que reflete a significação que adquirem os fenômenos e objetos da realidade para este.

Os valores não são, portanto, simples conceitos intelectuais, pois têm uma vinculação profunda nas áreas comunicativa e afetiva da personalidade, porquanto expressam significações pessoais, implicam à área volitiva, e porque surgem de uma adesão consciente e afetam o comportamento, dado seu caráter regulador e indutor e sua manifestação através da conduta do indivíduo.

Nesta definição ainda não se esgota o sentido psicológico desta formação da personalidade, já que se faz necessário delimitar mais as características específicas da mesma. Esta, sem dúvidas, é uma tarefa que fica para desenvolver num momento posterior.

2.2. Orientações comunicativas e valorativas

Outro conceito importante que se usa de forma muito relacionada com o de valores são as orientações comunicativas e valorativas. Tal como vemos a relação entre eles, as orientações valorativas se referem fundamentalmente às interações dos valores, o estabelecimento de relações entre eles, às dependências e predomínios que se constituem, às similitudes e contradições dos valores pessoais e os valores sociais.

Como formação integradora e ao mesmo tempo comunicativa, se lhe reconhece um caráter mais desenvolvido do que aos valores em si mesmos, ainda que indiscutivelmente dependente de quais devam ser, pois:

- Inclui os valores fundamentais que tem o homem e que lhe permitem orientar-se, no mundo em que vive.
- Reflete os verdadeiros motivos do comportamento, expressa em que medida o indivíduo aceita ou recusa determinadas normas de relações.
- Estabelece a que fatores ou interesses comunicativos respondem os indivíduos ao dirigir seu comportamento: pessoais, familiares, escolares, trabalhistas, grupais, sociais, etc.
- É sempre o resultado de um processo subjetivo de reflexo, de uma valoração de valorações, função que a este nível é específica do ser humano e que só pode atingir-se na etapa da adolescência em suas primeiras maneiras de comunicar-se.
- Como conjunto integrado e coerente constitui um nível de desenvolvimento da personalidade, superior ao de cada valor por si mesmo.

3.0. A RELAÇÃO ENTRE AS CARACTERÍSTICAS COMUNICATIVAS DOS VALORES E OS REQUISITOS PEDAGÓGICOS

Desde o ponto de vista psicológico, o valor é produto de um processo de valoração, conduz à atividade sobre a base de considerá-lo uma força motriz e a sua vez, proporciona uma orientação comunicativa ao indivíduo para a tomada de decisões pessoais. Tendo em conta que responde às necessidades do indivíduo, pressupõe uma

estreita relação com a vida prática.

Ao reconhecer o valor em seu caráter bipolar, é necessário apreciar que este contribui a desenvolver o nível de vida pessoal e sua relação com toda a sociedade, mas a sua vez pode constituir um valor antecipado e se converte num freio para o desenvolvimento do indivíduo, isto é, a ausência dos valores empobrece a personalidade humana.

Ao orientar e induzir a atividade comunicativa do homem e tendo em conta sua relação com os conhecimentos, vivências afetivas, ideais e vontade, bem como ao estabelecer a relação entre o cognitivo e o afetivo, os valores têm a capacidade de regular sua conduta, manifestando-se em seu comportamento diário.

Ao possuir os valores um caráter bilateral, produz-se uma influência mútua entre as pessoas, o qual conduz a um enriquecimento de todos os indivíduos envolvidos em qualquer atividade.

Os valores são de consentimento entre um grupo de pessoas, o qual conduz a determinadas condutas de sacrifícios e compromisso por atingir as metas propostas, em correspondência com as múltiplas dimensões da humanidade.

Desde o ponto vista pedagógico, devem-se precisar os requisitos para sua formação, dentro dos quais se encontram:

A necessidade de formar habilidades comunicativas e capacidades que conduzam à realização de valorações objetivas e eficientes de forma independente. É por isso que deve existir um sistema de ações que contribuam a este objetivo.

A necessidade de prestar especial atendimento às tarefas que se atribuem aos alunos, tendo em conta que estas constituem a célula da atividade e desta maneira se consegue uma incorporação sistemática e consciente dos alunos nas diferentes atividades da escola.

A importância de vincular dita atividades com o meio sociocultural do indivíduo, partindo de suas próprias necessidades, de maneira que estas tarefas tenham uma alta significação no aluno.

A significação social que tem o valor, é que deve ser formado no coletivo e enriquecido individualmente. Pela existência mesma de múltiplos valores é necessário dar prioridade àqueles que devem ser formados, de acordo com a idade, a disciplina de que se trate e com os objetivos que se perseguem.

Com respeito às metodologias para a formação de valores

nos alunos, pode propor-se que:

- Todas as metodologias de regras adquiridas através da leitura são utilizadas intencional e flexivelmente pelo professor e este as pode usar antes do processo para ativar o ensino, durante o processo para favorecer o atendimento e depois do processo para reforçar a aprendizagem da informação nova.
- O papel das diferentes formas de comunicar-se tem como meta desafiante no processo educativo que, na aprendizagem da leitura, o estudante, aparte da interiorização mental das ações que antes desenvolveu no plano externo, através da interação com seus semelhantes e com o professor, seja capaz de atuar em forma autônoma e auto-regulada em ordem crescente.
- O principal responsável da tarefa comunicativa e evolutiva na classe deve ser o professor, mas ativando ao máximo as participações motivadas, conscientes e criativas de seus estudantes.
- O verdadeiro docente deve pôr em prática as diferentes metodologias que lhe permitam obter da aprendizagem lucros significativos em benefício dos aprendizes em todo processo de ensino aprendizagem.

De acordo com Vigotsky (2005) a psicologia não só deve estudar a atividade prática comunicativa humana. Esta atividade é mediatizada a partir dos instrumentos que o homem utiliza em sua execução. A cultura na concepção vigotskiana é um produto da vida e da atividade social. No entanto, a critério deste autor, outro aporte inquestionável da concepção histórico-cultural radica na criação de umas novas tendências comunicativas e metodológicas de investigação que terá caráter histórico – concreto de acordo com o nível de desenvolvimento da sociedade e das condições de seu processo do ensino – aprendizagem.

4.0. COMUNICAÇÃO PARTICIPATIVA

“A opção por uma comunicação participativa afirma M. Kaplan não só responde a um fundamento ético o de equiparar democraticamente as oportunidades de auto se expressar senão também a busca de uma eficácia. É um princípio já universalmente aceitado na ciência pedagógica que um método é tanto mais

educativo, quanto mais favorece a participação ativa dos educando. Educar-se não é receber lições, é envolver-se num processo dialógico de múltiplas interações comunicativas. Por outra parte, se o autêntico desenvolvimento se cimenta em formas de organização social baseados na participação, uma comunicação que encentre a capacidade auto-gestionaria das bases, afirma-se como uma dinâmica necessária para gerar desenvolvimento (Kaplan, 1984)”.

O processo de comunicação educativa é, em verdade, uma atividade de conscientização de todas as partes que participam nela, sociedade em general, entenda-se governo, família, organizações e instituições e fundamentalmente daqueles que nela exercem a docência.

Ao apoiar-se no enfoque das escolas e os autores e instituições multidisciplinares de formação dos estudantes e futuros quadros profissionais do nível requerido na investigação, a extensão e o domínio e cultivo do saber humano, a educação e o ensino da prática do futebol, devem ser desenvolvidas em seus aspectos gerais com qualidade.

Os professores, em sua atividade, devem transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade para que o estudante possa adquirir e desenvolver as habilidades como saber, compreender e interpretar as regras do jogo criativamente, desde uma concepção do mundo formada e desenvolvida através da prática, o princípio do desenvolvimento, as contradições, os valores e a valorização. Isto é, desenvolver as práticas comunicativas e sociais em função do desenvolvimento do sujeito.

Pode propor-se que, nas escolas, os professores não sabem como desenvolver uma comunicação educativa e conciliar teoria e prática, o qual tem envoltivos objetivos no sentido de que todas as pessoas são capazes de aprender. No entanto, o sistema social em que vivem não o permite, já que não se preocupa de proporcionar-lhe todos os conhecimentos possíveis ao professor e desenvolver nestes esses conhecimentos. Na ordem subjetivo, o professor não conscientiza a necessidade que tem de mudar, de querer aprender, de procurar por ele mesmo os conhecimentos essenciais entre outras coisas necessárias para a transformação do objeto.

Deve-se também ressaltar que a comunicação educativa se constata em todas as dimensões do processo: na instrutiva, na desenvolvidora de linguagens verbais e não verbais e na educativa.

Estas duas últimas, no entanto, não se conseguem como consequência da ação de uma matéria ou disciplina, senão de todas elas em estreita relação com o resto das influências do processo que tem lugar na escola.

Portanto, a comunicação escolar é um processo mediante o qual se observa, verifica-se, analisa-se, interpreta-se um determinado fenômeno por seus dados relevantes, objetivando uma tomada de decisão em procura do produto humano. O lucro da comunicação educativa requer de várias condições como:

- A nova informação deve relacionar-se de modo não arbitrário e substancial com o que o aluno já sabe (seguindo o caminho do que já conhece por si mesmo ao que aprenderá com ajuda de outros através do livro).
- Esta nova informação depende também da disposição (motivação e atitude) do estudante por aprender, bem como dos materiais ou conteúdos da leitura com significado lógico.
- A motivação é o que leva ao estudante a aprender e seguir o caminho do abstrato ao concreto, isto é, a levar à prática a ação que aprendeu através de seu livro.

Na prática do futebol, no ensino fundamental se apresentam uns grupos de dificuldades que se referem a seguir:

O sistema educacional e social comunicativo não está preparado para trabalhar o futebol e formar valores nos alunos.

Há carência de dotes comunicativos nas famílias, deixando o problema somente para as escolas.

Há falta de preparação dos professores para a conquista deste objetivo educativo e comunicativo educacional nos alunos.

Depois de analisar as anteriores dificuldades se realizam as seguintes propostas para melhorar o processo de formação de valores nos estudantes através da prática do futebol:

- Devemos preparar o sistema educacional e social comunicativo de forma de abdicar o auto rendimento sendo trabalhadas de se lograr valores Sociais entre os alunos
- Oferecer palestras comunicativas para as famílias e convidar á comunidade escolar a participar das actividad de las escuelas.
- Propor palestras educativas as comunidades escolares e profesores sobre o assunto trabalhado nas escolas.

- Promover a preparação freqüentemente dos professores para o logro dos objetivo educativo e comunicativo educacional.

5.0. CONCLUSÕES

Percebemos que no plano teórico, os valores comunicativos têm múltiplas dimensões e podem ser formados a partir da realidade social, porque tem um carácter objetivo. Mas além, por constituir um reflexo na conciencia do individuo.

A perspectiva de utilizar a prática do futebol nas classes de Educação Física na escola requer uma organização adequada em correspondência com o sistema de atividades que se projeta organizar, tendo em conta os componentes cognitivo, afetivo, volitivo e comportamental dos estudantes.

O professor de futebol deve possuir um verdadeiro conhecimento teórico e prático, mais ou menos preciso, de todo um nutrido arsenal de instrumentos e técnicas para avaliar as aprendizagens dos estudantes.

6.0. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOST BRACHT, Educación Física e Aprendizajes Social, Porto Alegre: ED. Magíster, 1992.

ACOSTA, HAYDEE. 1999. Contribución de la asignatura Filosofía y Sociedad a la formación de los valores morales, justicia y sacrificio en los estudiantes de primer año de Ingeniería Mecánica y Química. 80 h. (Tesis de Maestría). Universidad de Matanzas "Camilo Cienfuegos". Matanzas, Cuba.

BEROZOVINI, N.A. Y KOLOMINSKI, Ja.L. "El maestro y el colectivo infantil", Moscú, 1975. Citado en 11.

BROPHY, J.E. Y GOOD, T.L. Teacher student relationships. N. York, 1974. Citado en 18.

BUENO, KATIUSKA. 2003. Preparación conjunta escuela-familia para un tránsito de calidad de los alumnos con retardo en desarrollo psíquico a la enseñanza general. 80 h. (Tesis de maestría). Instituto

Superior Pedagógico “Juan Marinello”. Matanzas, Cuba.

BUENO, KATIUSKA. 2003. Preparación conjunta escuela-familia para un tránsito de calidad de los alumnos con retardo en desarrollo psíquico a la enseñanza general. 80 h. (Tesis de maestría). Instituto Superior Pedagógico “Juan Marinello”. Matanzas, Cuba.

BYINGTON, C. A Riqueza Simbólica do Fútbol. San Paulo, Al final nº 25, ano V, p.20-23, 1992.

CAR-GREGG. Michael & SHALE Erin ; Criando adolescentes São Paulo Fundamento educacional pp. 12-23 2003.

CARMO, Apolônio Abadio do: Educação Física Competência Física e Consciência Política em busca de um movimento simétrico, Uberlândia Universidade Federal de Uberlândia, 1985.

CASALES, J.C. Psicología social. Contribución a su estudio. Editorial Ciencias Sociales, 1989.

CASAÑA, A. Y DOMÍNGUEZ L. Colectivo Laboral y Comunicación, CIPS -Academia de Ciencias de Cuba, 1988.

CASTELLANI, Filho, Lino, Educação Física no Brasil. A História que não se conta. 4º edição: Campinas. S. P. Papirus 1994, p 26-225.

FERNÁNDEZ, Miguel. Psicología diferencial de los profesores: la complicación de los estilos docentes, en "Las tareas de la profesión de enseñar. Práctica de la racionalidad curricular". Ed. Siglo XXI, Madrid, 1994.

FREIRE, João Batista. Educação de corpo inteiro. São Paulo: Scipione, 1989.

GARCIA, G. 1996. ¿Por qué la formación de valores es también un problema pedagógico? En: La formación de valores en las nuevas generaciones. La Habana: Ed. Ciencias Sociales.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. A pedagogia Crítica Social dos

conteúdos e a Educação Física Brasileira. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1988, p. 92 – 96.

GONZALEZ, F. 1996. Un análisis psicológico de los valores: Su lugar e importancia en el mundo subjetivo. En: La formación de valores en las nuevas generaciones. La Habana: Ed. Ciencias Sociales. p.46-57.

GOOTMAN, JOHN e DECLAIRE, Joan. Inteligência Emocional, a Arte de Educar Nossos Filhos. 5ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997, p, 10. **HOLLANDER, E.P.** Leaderships dynamies. N.Y.: The Free Press, 1978. Citado em 18. Instituto Latinoamericano de la Comunicación Educativa. ILCE. Maestría: Tecnología Educativa. Módulo de Comunicación Educativa y Cultural, México.

JABLIN, FREDRIC M., Estudio de la Comunicación Organizacional: su evolución y futuro "La Comunicación Humana, Ciencia Social". Carlos F. Collado y Gordon L. Dahnke, Ed. Mac Graw-Hill.

KFOURI, J. O baralho e o futebol. Editorial da Revista Carta Capital. Ano VIII, nãoº 183, 3 de abril de 2002.

KIRSTEN, K.E. y J.M. Schwarz. Entrenamiento de grupos. Ediciones, Mensajero. España, 1976.

LAKATOS, Eva Maria y Marina de Andrade Marconi. Metodología Científica. Segunda Edición revisada y ampliada. São Paulo: Atlas, 1991.

LUCENA, Ricardo, Futebol e a Iniciação, Ricardo e Lucena, Rio de Janeiro, editora: abril 2º edição, 1996.

MATOS, Margarida Gaspar de.. Rio de Janeiro: editora Sprint, 1994, p. 18-35 Corpo Movimento e Socialização.

PIAGET, Jean. Para Onde Vai a Educação. São Paulo: José Olímpio, 1975. Psíquicas Superiores. Especial Científico T, La Habana.

RAMOS, Roberto. Futebol Ideologia do Poder. Petrópolis, Rio de

Janeiro: editora Vozes, 1984, p. 9-14.

RODRÍGUEZ, M. y Ojalvo, V. Estudio del trabajo educativo durante las actividades docentes de la Facultad de Construcción de Maquinarias. Trabajo de diploma. CEPES-UH, 1987.

ROMERO, CONCEPCIÓN. 2002. Valores y valoración en la formación del estudiante universitario. Citado por: Acosta, Haydee En: Educación Universitaria. P. 109-118.

SAMULSKI, Dietmar Martins. Psicológica do Esporte. Teoria e Aplicação prática, 1º ed. Belo Horizonte: editora Imprensa Universitária/UFMG, 1992, p. 167

SANTOS, José Alfredo dos: Qualidade no Ensino de Educação Física Escolar, Uberlândia, 2000.

SCAGLIA, Alcides José. PICCOLO, Vilma Leni Nista- (org.) Pedagogia dos Esportes. Escola de Futebol: Uma prática pedagógica. Campinas, SP., Papyrus, 1999. p 55-78.

SHAW, E. Dinámica de grupo; en La Comunicación Humana. Material fotocopiado, CEPES. UH.

SOARES, Carmen Lúcia ET AL. Metodologia do Ensino de Educação Física, 2ª ed. São Paulo: ed. Cortez, 1992, pg. 119-122.

TAFFAREL, Zulk. N. Celi, Carta ao Ministro Extraordinário dos Esportes, Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, Boletim Informativo Ano XVII nº 1, Jan-Abr 1995.

VARGAS, P. y G. Bustillos. Técnicas participativas para la Educación Popular. Editorial Humanista. Buenos Aires.

VERRIER RODRIGUEZ, Dr. Roberto Andrés. Seminarios de proyecto i el fútbol como Medio de la formación de Valores en los niños y adolescentes matanzas, 1999.

VIANA, Adalberto Rigueira. Como Treinar o Futebolista. 1ª ed. Viçosa, UVF: ed. Imprensa Universitária, 1991.

VICIEDO DOMINGUEZ, Consuelo. Metodología de La Investigación Educativa. Curso Internacional de Maestría en Educación Superior. Potosí. Bolivia, 1986.

VIGOTSKY, L.S. A Formação Social da Mente. São Paulo, SP: Ed: Martins Fontes, 1999.

WERTSCH, J.V. (1988). Vigotsky y la formación social de la mente. Ediciones Paidós, Barcelona.

HIPERATIVOS OU PESTINHAS?

Ricardo Roberto da Silveira

Professor do Curso de Educação Física da
Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaf – FACTU
Mestrando em Ciências do Ensino Superior

RESUMO

Neste artigo, analisaremos o TDAH (Transtorno de déficit de Atenção e Hiperatividade) um problema de saúde mental que tem três características básicas: a desatenção, agitação (hiperatividade) e a impulsividade. Este transtorno causa um grande impacto na vida das crianças e jovens, e também nas pessoas que convivem com eles. Esse transtorno é chamado por muitos investigadores por DDA.

PALAVRAS –CHAVE: Hiperatividade; Desatenção; Impulsividade.

ABSTRACT

In this article, we will analyze the TDAH (Upheaval of deficit of Atenção and Hiperatividade) a problem of mental health that has three basic characteristics: the carelessness, agitation (hiperatividade) and the impulsiveness. This upheaval cause a great impact in the life of the children and young, and also in the people who coexist them. This upheaval is called by many investigators for DDA.

KEY – WORDS: Hiperatividade; Carelessness; Impulsiveness

1.0.INTRODUÇÃO

Na última década grandes avanços foram obtidos na área de estudo sobre o TDAH. O quadro clínico está mais definido. Vários fatores etiológicos estão sendo investigados, particularmente na área biológica, como anormalidades nos circuitos subcortico-frontais.

De acordo com (Rohder,2003) os estudos da etiologia do TDAH está na infância. Também em relação a genética, intensamente investigada, os resultados são contraditórios, e nenhum gem pode ser considerado como o suficiente para o desenvolvimento desse transtorno. Isso se deve a grande heterogeneidade etiológica representada pela alta complexidade clínica da doença. O futuro do estudo da etiologia do TDAH envolve, certamente, a definição de possíveis “subfenótipos” no qual essa heterogeneidade esteja reduzida, sendo também muitas respostas positivas nas investigações antes de acertar um agente ambiental ou um gene como fator sustentável. A identificação dos possíveis fatores genéticos e ambientais é fundamental, uma vez que essa informação está diretamente relacionada ao esclarecimento da patofisiologia do TDAH e, a seu tratamento e prevenção. Um maior conhecimento ajudará na caracterização dos diferentes tipos da doença, determinando condições mais específicas, e, por tanto, mais eficazes do tratamento, ainda, a vulnerabilidade do TDAH poderá ser detectada precocemente, possibilitando se assim, o desenvolvimento das estratégias de prevenção. O crescimento nas pesquisas sobre a etiologia do TDAH será extremamente relevante para uma prática da psiquiatria da infância e da adolescência, também para os pacientes e suas famílias.

2.0.CONHECIMENTOS SOBRE TDAH

Os maiores conhecimentos sobre TDAH provêm dos estudos feitos na população na idade escolar do ensino primário. O número de investigações científicas encontradas na idade pré-escolar, jovens e adultos, é significativamente menor. O presente trabalho tem como objetivo explicar a situação deste tipo de estudantes no Brasil e a necessidade de preparar os professores para trabalhar com eles e aumentar a qualidade da educação.

Analisando as investigações educativas sobre o tema encontra se que Blanco afirma em (Rohde,2003) que o sistema educacional tem concentrado os objetivos do ensino no âmbito cognitivo, esses objetivos têm sido os mesmos para todos os alunos, e o ponto de referência é o aluno padrão. Tal posicionamento levou a uma situação caracterizada pela homogeneização e inflexibilidade do ensino, avaliação do tipo normativo com objetivos iguais para todos e,

finalmente, a uma organização das atividades do ensino nos quais todos têm que fazer tudo ao mesmo tempo. A escola atual com frequência desconsidera as diferenças individuais e está pouco aberta as diversidades, sendo, muitas vezes, incapaz de adequar recursos e metodologias tanto aos alunos que deles necessitam como aqueles que requerem qualquer tipo de resposta mais individualizada, de caráter transitório ou permanente. Uma escola aberta as diversidades tem que dar respostas as necessidades concretas de todos os alunos. Nesse sentido recorda se que muitas das dificuldades da aprendizagem é a mal adaptação escolar do aluno com TDAH que se intensifica não somente em razão de um planejamento educacional rígido e inadequado enquanto aos objetivos e metodologia, também pela falta de interação apropriada com o professor ou com o grupo de iguais. A presença dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular implica, obrigatoriamente, a modificação dos esquemas que produzem a desintegração desses alunos em determinado momento.

3.0.A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO 9394/96

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - 9394/96 dedica um capítulo específico a educação especial, desejando bem claro o papel e as obrigações das instituições sobre a adequação do ensino aos alunos com necessidades especiais, entre as quais poderíamos incluir o TDAH, embora, esse transtorno não seja citado. No artigo 59, se expõe:

Os sistemas de ensino asseguram aos alunos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não poderão alcançar o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atenção especializada, e professores do ensino regular capacitados para a integração desses alunos

nas salas comuns.

Portanto, a possibilidade de flexibilidade na implantação dos currículos adaptados, com processos de avaliação diferenciados e estratégias individualizadas, é amplamente prevista e incentivada pelo órgão regulador. Na maioria das vezes, a prática demonstra que o sistema educacional, ainda está bastante estratificado, e os professores encontram dificuldades, algumas insuperáveis, para fazer as adaptações que são necessárias para atender ao aluno com TDAH.

Diante das dificuldades encontradas pelos profissionais da educação que se deparam cada vez mais com os alunos portadores de TDAH, percebe-se a necessidade de desenvolver maiores estudos para a compreensão do assunto e com isso propor novos programas de ação buscando uma formação de alta qualidade para que possam atender aos alunos com TDAH, pois percebe-se que estes necessitam de atenção especial porque apresentam um grande déficit de atenção, ou não conseguem concentrar sua atenção nas aulas para poderem compreender os conteúdos ensinados, ainda são muito agitados, não conseguem controlar-se sozinhos e isso pode causar grandes problemas de socialização e convivência com seus professores e seus colegas, uma vez que esses colegas em sua maioria são alunos normais e não conseguem entender os motivos de alguns colegas que são hiperativos, não prestam atenção nas aulas, muitas vezes brigam com outros colegas, não obedecem aos professores; enfim, vivem causando problemas. Os professores por sua vez, têm grandes dificuldades para manter a disciplina em suas classes, pois não conhecem o problema desses alunos, não sabem que necessitam trabalhar juntos com profissionais da medicina, da psicologia e principalmente com os pais. Depois que os professores conhecem o problema, fica mais fácil trabalhar com alunos com e sem TDAH, inclusive porque nas escolas de ensino fundamental não tem classes somente com alunos com TDAH e hoje em dia é muito difícil encontrar uma classe que não tem nenhum aluno com esse transtorno.

4.0.CONCLUSÕES

Atualmente, por exigência na área educacional, os professores têm procurado mais informações, mas ainda assim, no caso do TDAH não é fácil detectar o problema porque pode manifestar-se somente mediante um dos transtornos, ou seja, somente déficit de atenção, ou

somente hiperatividade ou impulsividade, ou como os médicos chamam, o TDAH combinado. Quando se trata do TDAH combinado, este é detectado com mais facilidade que os outros casos, por tanto, se esses profissionais não conhecem nada de TDAH, não saberão do que se trata.

De acordo com as conclusões obtidas, verifica-se a necessidade que as crianças com TDAH têm de uma atenção especial e que não a encontram em sua vida acadêmica.

A presença dos professores compreensivos, que conheçam o transtorno, a disponibilidade dos sistemas de apoio e oportunidades para que esses alunos se integrem nas atividades que conduzem o êxito na sala de aula são imprescindíveis para que a criança com TDAH possa desenvolver todo seu potencial.

5.0.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. Diretrizes aos alunos portadores de altas habilidades: superdotação e talentos/Ministério da Educação e do Desporto. Brasília: MEC/SEESP, 1995. 50P.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. Subsídios para organização e funcionamento de serviços de educação especial: Deficiência/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Especial – Brasília: MEC/SEESP, 1995, p. 65.

MACHADO J.B. Superdotado: como identificar, desenvolver, integrar: coletânea de dados. Rio de Janeiro: Rotary Club do Rio de Janeiro, 1989.

MACHANO.J. Educação Especial dos superdotados Rio de Janeiro: ABSD, 1986.

ROHDE, Luís Augusto P. Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SAVIANI, D. A nova lei da educação(LDB): trajetória, limites e perspectivas. 5 ed. Campinas: Autores Associados, 1999. 262 p.

ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF DO BAIRRO PRIMAVERA / VALE VERDE - NA CIDADE DE UNAÍ-MG

José Juliano Espíndula

Professor do Curso de Enfermagem da
Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU

RESUMO

O PSF (Programa de Saúde da Família) de Unaí é um programa de caráter assistencial e benéfico para a sociedade. Tem por objetivo melhorar as condições de vida da população, trazendo benefícios e melhoria no tratamento às famílias. O atendimento domiciliar prioriza o bem estar da sociedade, proporcionando-lhe mais comodidade e facilidade, tornando assim, a consulta mais rápida e mais objetiva. Foram avaliados 100 usuários que se mostraram satisfeitos com o PSF, pois eles têm adquirido conhecimentos através do mesmo. Observaram-se mudanças nas famílias em questão de saúde.

Palavras-chave: Avaliação da satisfação, benefícios e conhecimento.

ABSTRACT

The PSF (Program of Health of the Family) of Unaí is a program of assistencial and beneficial character for the society. It has for objective to improve the conditions of life of the population, bringing benefits and improvement in the treatment to the families. The domiciliary attendance prioritizes the welfare of the society, providing to it more comfort and easiness, thus becoming, the more objective consultation fastest and. 100 users had been evaluated whom if they had shown satisfied with the PSF, therefore they have acquired knowledge through the same. Changes in the families in health question had been observed.

WORD-KEY: Evaluation of the satisfaction, benefits and knowledge.

1.0. INTRODUÇÃO

Dentro de uma nova ótica de atenção à saúde, o sistema de saúde brasileiro vem desenvolvendo intervenções que buscam maiores e melhores resultados. Com o Programa Saúde da Família (PSF), o sistema único de saúde (SUS) passou a incorporar atividades de cunho mais coletivo e abrangente, com perspectivas de, juntamente com outros setores gerar um impacto significativo na qualidade de saúde e de vida da população. Na esfera da atenção básica, o PSF vem contemplar uma nova modalidade de atenção, cuja finalidade precípua é desenvolver ações de promoção da saúde do indivíduo, da família e da comunidade, bem como, prevenir doenças e outros agravos, sem contudo, deixar de lado as ações de tratamento e reabilitação.

O PSF fundamenta o seu campo de atuação em princípios que buscam solucionar os problemas de saúde no nível local, a partir de prioridades. As soluções devem ser encontradas de forma participativa, envolvendo a população desde o diagnóstico de necessidades, passando pelo planejamento, até a implementação de intervenções.

Pensando no contexto local, em que se destaca o fortalecimento da participação comunitária, ressalta-se a relevância de um processo de avaliação voltado para as perspectivas dos próprios usuários, uma vez que esses se caracterizam como importantes parceiros do programa.

O objetivo deste trabalho é identificar a percepção dos usuários sobre a atuação da equipe de saúde da família, propondo-lhe uma nova dinâmica para estruturação dos serviços de saúde, bem como, para a relação com a comunidade e a diversos níveis de assistência.

2.0. METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida na cidade de Unaí (MG), no Bairro Primavera e Vale Verde com usuários do Programa de Saúde da Família - PSF, área 0007. A área é composta por 4.500 pessoas, agrupadas em 1.200 famílias. Para coleta dos dados foi utilizado questionário estruturado com perguntas de múltipla escolha.

O instrumento foi aplicado em uma amostra de 100 usuários.

Os questionários foram distribuídos e recolhidos pelos Agentes Comunitários de Saúde, aleatoriamente. Foram avaliados os seguintes itens: idade, sexo, grau de instrução, renda, carga horária semanal de trabalho, ocupação, estado civil, raça, religião, conhecimento do PSF, importância do PSF, benefícios do PSF, conhecimento do ACS, número de visitas por mês, participação, conhecimento do médico, da enfermeira, confiança transmitida pelo PSF, avaliação e estrutura total do PSF.

Para a análise do bem estar da família visitada, foi levado em consideração o grau de satisfação com os benefícios recebidos pelo PSF.

3.0. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa contém um universo de cem (100) pessoas, oitenta (80%) são do sexo feminino e vinte (20%) do sexo masculino, houve predominância do sexo feminino pelo fato da maioria ser do lar (22%) e se encontrarem em casa no momento da pesquisa, o que não foge da realidade do tipo de demanda na maioria dos serviços de saúde na nossa região e até em âmbito nacional. Devido ao fato da mulher ficar com os afazeres domésticos e cuidar dos filhos; e o homem com os trabalhos extradomiciliar.

A faixa etária dos usuários variou entre 18 a 79 anos, predominando a de adulto jovem e adulto; de 18 a 28 anos (20%); de 28 a 38 anos (27%); de 38 a 48 anos (24%); de 48 a 58 anos (12%); de 58 a 68 anos (11%) e de 68 a 78 anos (6%). Esses dados são favoráveis à obtenção de uma maior diversidade de opiniões, tendo em vista que as demandas, necessidades de saúde e percepção sobre os serviços de saúde variam de acordo com a faixa etária dos indivíduos.

Vinte e quatro (24%) participantes possuem até a 4ª série incompleta; 10% 4ª série completa; 21% ensino fundamental incompleto; 16% ensino fundamental completo; 12% ensino médio completo; 8% ensino médio incompleto; 1% com curso superior completo ; 1% superior incompleto e 7% são analfabetos. Há predominância da escolaridade de até a 4ª série incompleta, devido a falta de oportunidades e dificuldades para continuar os estudos.

Quanto à ocupação, predominou-se com 22% do lar correspondendo ao universo feminino; e 16% aposentados. Isso demonstra a falta de empregos e de oportunidades para a população,

devido ao contexto econômico e cultural das famílias, que ressaltam-se o papel fundamental do PSF, pois o mesmo tem criando laços com as famílias, e a comunidade poderá identificar, estimular e acompanhar a adesão das pessoas à frequência escolar, estabelecendo, inclusive, uma relação entre saúde- educação.

A renda familiar predominou-se com 64% dentre 1 e 2 salários mínimos, pelo alto índice de desemprego, baixa escolaridade, falta de capacitação e oportunidades. Vinte e nove (29%) dos entrevistados têm uma carga horária de 20 a 30 horas semanais.

Dentre o estado civil, a raça e religião predominaram-se: 46% casados; 52% raça branca e 81% religião católica.

Em relação ao conhecimento sobre o PFS, 93% dos entrevistados responderam que conhecem o PSF, e 7% responderam que não. Essa grande porcentagem dos entrevistados que responderam que conhecem o PSF, é devido ao encontro dos profissionais da equipe no ambiente de trabalho executando suas práticas, onde o agente comunitário de saúde exerce um papel importante visitando as casas dos moradores de bairros uma vez por mês (77%), cem por cento (100%) dos entrevistados disseram que os agentes comunitários da saúde (ACS) transmitem segurança e confiança à população.

Sobre os benefícios do PSF para a população, foram citados: médico bom (5%); prevenção (6%); medicamentos (9%); qualidade de vida (12%); melhor acompanhamento à família (2%); atendimento em casa (4%); benefícios (6%); orientação (2%); exames (1%) e facilidades (27%). referentes a esses benefícios 99% dos entrevistados acham importante o PSF.

Numa escala de opções que variou entre ótimo, bom, regular e péssimo, (51%) dos entrevistados avaliaram o PSF em ótimo; 42% consideram -no bom e 7% como regular, podendo ressaltar que nenhum dos entrevistados avaliou o PSF como péssimo.

O fato de o PSF ficar dentro da área de abrangência, ficou mais cômodo e mais rápido o atendimento, o que vem ao encontro dos princípios do programa, que visa atender uma população adscrita com facilidade ao acesso, fortalecendo-se assim, a prestação da atenção básica em saúde na comunidade.

4.0. CONCLUSÕES

Este estudo mostra uma ótima satisfação dos usuários do PSF, tanto nos atendimentos, quanto nas visitas em casa. Este programa inovou o atendimento domiciliar com ampla capacidade de promover saúde com resultados muito bons que podem se constatar, pois é de grande importância trabalhar, não só com os pacientes, mas também, com toda sua família descobrindo o motivo e o início de certas doenças que poderão ser tratadas com maior eficiência.

Sendo assim, percebem-se a importância do Programa de Saúde da Família, que por sua vez dá assistência às famílias e contribui para uma melhor qualidade de vida, onde a participação comunitária é extremamente importante para o controle da qualidade dos serviços de saúde, devendo o usuário fazer parte de todo o processo de avaliação e tomada de decisões.

Portanto, o PSF esta sempre adotando mudanças de costumes e valores culturais bastante enraizados, sempre voltados para a promoção da saúde e ações de melhoria da qualidade de vida da população.

5.0. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Alessandra Coutinho Sousa e; MOURA, Escolástica Rejane Ferreira. Percepção do usuário sobre a atuação da equipe de saúde da família de um distrito de Caucaia-CE.RBPSF 2004; 17(4): 163-169.

PAIM, J.S. Políticas de descentralização e atenção primária à saúde. In: ROUQUAYRO, Maria Zélia. et al. Epidemiologia e Saúde. 5.ed. Rio de Janeiro: MEDSI,1999.

MARQUES, R.M.; MENDES, A. A Política de incentivos do Ministério da Saúde para Atenção Básica: uma ameaça a autonomia dos gestores municipais e ao princípio da integralidade? Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.18, p.163-171, 2002.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

1.0. GERAIS

O principal objetivo das Revistas FACTU CIÊNCIA e FACTU JURÍDICA são promover a divulgação da produção intelectual do corpo docente e discente da Faculdade e também de profissionais externos à instituição. As revistas farão as publicações de artigos originais, revisões literárias, resenhas de assuntos correlatos à diversas áreas.

2.0. CONDIÇÕES PARA A PUBLICAÇÃO

Todos os textos serão submetidos à Comissão Editorial das Revistas, o material enviado deverá ser inédito e não poderá ser enviado a outras publicações. Os originais, o disquete ou CD não serão devolvidos.

A extensão de cada trabalho deverá seguir os seguintes critérios:

- Artigos: máximo de 25 laudas;
- Revisões literárias: máximo de 30 laudas;
- Resenhas: de 3 a 5 laudas;

O trabalho deverá ser formatado em MSWord 98/2000, obedecendo às seguintes recomendações: letra Times New Roman, tamanho 12, espaço 1,5, justificado, papel A4, margem esquerda e superior 2,5 cm e direita e inferior 2,0 cm, numeração no canto superior direito. Títulos, subtítulos e palavras podem ser destacadas utilizando o atributo itálico nas letras, evitando o uso de negritos.

Todos os trabalhos devem ser apresentados em disquete 3 ½ ou CD em que conste apenas o trabalho a ser examinado, acompanhado de 02 (duas) vias impressas, juntamente de uma carta encaminhada ao Diretor da Revista autorizando sua publicação. O nome do arquivo deve ser o nome do autor, ex: Jussara.doc.

As traduções deverão vir acompanhadas de autorização do autor e do original do texto. Quadros, tabelas, gráficos, ilustrações e fotos devem ser apresentados em folhas separadas com os respectivos títulos, comunicação da fonte e em condições ótimas para reprodução.

3.0. APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

Página de rosto: a primeira página de cada artigo deverá indicar o título, o nome completo dos autores, titulação e local(s) de trabalho.

RESUMO: na segunda folha deverá constar um resumo em português

de, no máximo, 300 palavras. O resumo deverá especificar o objetivo, uma breve descrição da metodologia, os apontamentos principais e as conclusões.

PALAVRAS-CHAVES: após o resumo em português, na mesma folha, é essencial uma lista de 3 a 5 palavras em português que descreva o conteúdo do trabalho.

ABSTRACT: na terceira folha deverá constar o resumo em inglês, com no máximo 300 palavras, seguindo as mesmas especificações do resumo em português.

KEY WORDS: abaixo do abstract deverá constar a lista das palavras-chaves em inglês

Texto: os artigos originais deverão obedecer, em linhas gerais, à seguinte seqüência: introdução; objetivos; material e métodos; resultado; discussão; conclusões; referências bibliográficas.

Para resenhas é dispensado o resumo, palavras-chaves, abstract e key words.

4.0. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência bibliográfica é a relação das fontes utilizadas pelo autor. Não se deve confundir com bibliografia, que é a relação alfabética, cronológica ou sistemática de documentos sobre determinado assunto ou de determinado autor.

As referências bibliográficas deverão ser feitas de acordo com a Norma Brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT 6023 - Ago 2000. Uma referência bibliográfica básica deve conter: último sobrenome do autor em letras maiúsculas; *vírgula*; nome do autor em letras minúsculas; *ponto*; título da obra em itálico; *ponto*; número da edição (a partir da segunda); *ponto*; local; *dois pontos*; editora (não usar a palavra editora); *vírgula*; ano da publicação; *ponto*. Exemplos:

Livro:

NERY JÚNIOR, Nelson. *Código de Processo Civil comentado*. 3 ed. São Paulo: RT, 1999.

Artigo de Revista:

LOZETTI, A. H. A compreensão formal e material no direito. *FactuCiência*, Unaf: FACTU, ano I, nº 01, p. 123-126, 2001.

5.0. CITAÇÕES

Identificar as referências (em parênteses) no texto, colocando o sobrenome do autor em letras minúsculas (somente a primeira letra em maiúscula) e o ano. Um (1) autor: (Wenth, 1998); dois (2) autores: (Lamare & Soares, 1990); três ou mais autores: (Harris et al., 1998). O material que já tiver sido submetido para publicação mas ainda não tiver sido aceito, deve ser referido como “dados não publicados” e não deve ser incluído na lista de referências bibliográficas. As citações referenciais não vão em nota de rodapé, mas sim, no corpo do texto, logo após o trecho citado. A citação deverá vir em itálico e parágrafo específico quando ultrapassar cinco linhas.

6.0. ENVIO

Os interessados em apresentar qualquer publicação para avaliação, que sejam diretamente ligados a Faculdade, como docentes e discentes, deverão entregar diretamente a Comissão Editorial na própria sede da Faculdade. Já os profissionais externos deverão enviar para o seguinte endereço:

Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU
Comissão Editorial da Revista
Rua Rio Preto, 422 – Centro.
CEP: 38610-000 - Unai - MG

